

POLÍTICA

Democrática

Nº33 - Julho de 2021

Entrevista Especial – Eliana Calmon

‘STF não tem sido capaz de bem cumprir sua missão constitucional’

Supremo Tribunal Federal (STF) tem sofrido enorme desgaste por conta das divergências nas respostas políticas que têm ampla repercussão na vida cotidiana dos cidadãos brasileiros, avalia Eliana Calmon

PÁGINA 15

História

Clássicos de nossa historiografia mostram Astrojildo Pereira como importante intelectual mediador

PAG - 06

Reportagem

Relatório da Oxfam coloca o Brasil como foco emergente da fome, ao lado da Índia e África do Sul

PAG - 28

Congresso

Atuação da CPI da Pandemia avança com denúncias e indícios de corrupção no Ministério da Saúde

PAG - 11

PÁG. 42



POLÍTICA
Democrática
Edição nº 33 - JULHO 2021



EDITORIAL

A crise e as tarefas dos democratas

PÁG. 4

CHARGE

PÁG. 5

ARTIGO

Astrojildo Pereira, intelectual mediador!

Luciano Mendes de Faria Filho

PÁG. 6

Que longa vida têm Saguaremas e Luzias

Carlos Marchi

PÁG. 8

Troca de operador

Jane Maria Vilas Bôas

PÁG. 13



Entrevista Especial

Eliana Calmon

PÁG. 15

ARTIGO

CPI da Covid - Incógnitas e avanços

Davi Emerich

PÁG. 11

REPORTAGEM ESPECIAL



Foto: Afiron de Freitas/Especial para a RPD

Brasil agoniza entre focos emergentes da fome

Cleomar Almeida

PÁG. 28**ARTIGO****A perda de complexidade da economia brasileira**

Guilherme Accioly

PÁG. 21**O Brasil está condenado a ser um fazendão?**

José Luis Oreiro

PÁG. 23**Brasil, entre o marketing e a contenção de danos**

Sergio Leo

PÁG. 36**Os caminhos para a conquista de uma democracia plena**

Isaac Roitman

PÁG. 33**PCC, CV, Milícias – Uma comparação entre Rio e SP**

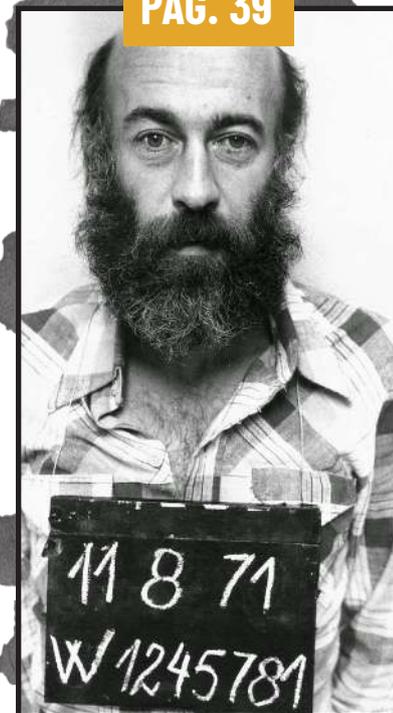
Bruno Paes Manso

PÁG. 25**O Brasil verdade de Capô**

Lilia Lustosa

PÁG. 39**Nelson Sargento, a mais alta patente do samba**

Henrique Brandão

PÁG. 41**PÁG. 39**

EXPEDIENTE

Diretor

André Amado

Editor

Paulo Jacinto

Secretário de Redação/Reportagem

Cleomar Almeida

Suporte/tecnologia

Washington Reis

Logística

Thaise Castro

Departamento Financeiro

Gustavo Loiola

Conselho editorial

Caetano Araújo, Francisco Almeida e Luiz Sérgio Henriques

Revisão, Projeto Gráfico e Diagramação

G3 Comunicação

As ideias e opiniões expressas nos artigos publicados na Revista Política Democrática Online são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, as opiniões da Revista.

Colaboradores

Cultura, C&T

André Amado, Ciro Marcondes, Dora Kaufman, Eneida Queiroz, Gledson Vinicius, Henrique Brandão, Ivan Accioly, Ivan Alves, João Batista de Andrade, Jorio Dauster, José Carlos Monteiro, Lília Lustosa, Marcelo Aguiar, Marcia Gomes, Martin C. Feijó, Rui Fabiano, Sergio Denicoli, Sergio Vellozo Lucas

Economia

André Eduardo Fernandes & André Borges, Benito Salomão, César Vasquez, Elena Landau, Evandro Millet, Guilherme Mendes, Jorge Caldeira, Jorge Jatobá, José Luiz Oreiro, Leandro Machado, Luiz Paulo Vellozo Lucas, Maria Amélia Enriques, Nelson Tavares, Paulo Ferracioli, Pedro Nery, Sergio Buarque, Sergio Vale

Justiça

Arlindo Fernandes de Oliveira, Cláudio Oliveira, Eros Grau, Gilvan Cavalcanti de Melo, João Trindade, Juliana Magalhães de Oliveira, Manoel Martins Júnior, Marcus Vinicius F. da Silva Oliveira, Mario Martins Júnior, Murilo Gasparido

Política

Alba Zaluar, Alberto Aggio, Ana Maria Miranda, Andrei Meireles, Antonio Augusto de Queiroz, Caetano Araújo, Ciro Leichsenring, Cleomar Almeida, Creomar Lima Carvalho de Souza, Cristovam Buarque, Davi Emerich, Eduarda La Roque, Elimar Pinheiro Nascimento, Henrique G. Herkenhoff, Hubert Alquéres & Tibério Canuto, João Cezar de Castro Rocha, José Antonio Segato, Luiz Sergio Henriques, Marco Aurelio Nogueira, Marco Marrafon, Marcos Sorilha Pinheiro, Marcus Vinicius Furtado, Mauro Oddo Nogueira, Murilo Gasparido, Paulo Baía, Paulo Fábio Dantas, Raul de Almeida, Raul Jungmann, Ricardo Tavares, Roberto Freire, Rogério Baptistini Mendes, Vinicius Müller

Política Externa/Relações Internacionais

Davisson Belém Lopes, Fernando E. Norman, Fernando Lyra Gianlucco Fiocco, Gilberto Saboia, Guilherme Casarões Herman Chaimovitch, Hussein Kalout, Joan Del Alcázar José Augusto Lindgren Alves, José Vicente Pimentel, Leandro Cosentino, Luiz Augusto Castro Neves, Ronaldo Sardenberg, Rubens Barbosa, Rubens Ricupero

Saúde, sócio-política, meio ambiente

Adriana Novaes, Alexandre Strapasson, Almira Rodrigues, Anivaldo Miranda, Babalão Ivanir dos Santos, Bazileu Margarido, Gloria Alvarez, Guilherme Accioly, Joaquim José Soares Neto, Lígia Bahia Luiz Geraldo Piquet Carneiro, Luiz Santini & José Gomes Temporão, Marco Santilli, Marina Silva, Pedro Scurro Neto, Randalphe Rodrigues, Rodrigo Prando, Zulu Araújo

Editorial

A crise e as tarefas dos democratas

Dois ingredientes novos surgiram recentemente no caldo da conjuntura política brasileira, ambos com consequências potenciais de longo alcance. Em primeiro lugar, a marcha da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as responsabilidades nas falhas havidas no enfrentamento da pandemia. Em segundo lugar, a retomada das manifestações de rua por parte das forças de oposição.

O trabalho da CPI trouxe à tona, até o momento, a omissão inaceitável das autoridades à frente do Ministério da Saúde, no que se refere à provisão de vacinas em quantidade suficiente e tempo hábil para toda a população brasileira. De quebra, demonstrou sobejamente a tolerância de parte dessas mesmas autoridades com procedimentos de inocuidade comprovada no tratamento da doença, quando não o empenho na sua propaganda. Finalmente, levantou indícios de irregularidades nas negociações de compra de vacinas, indícios que demandam a continuidade da investigação.

O efeito pedagógico da CPI é potencializado pela audiência surpreendente que a TV Senado alcança na transmissão ao vivo de suas sessões. Milhões de espectadores são expostos aos depoimentos, aos argumentos de governistas e opositores, e têm a possibilidade de formar seu juízo sobre os fatos, a partir de informação de primeira mão.

O retorno das oposições às ruas, por sua vez, mesmo ainda que tímido, em razão da pandemia, foi suficiente para mostrar desempenho superior aos eventos convocados semanalmente pelo presidente, desde sua posse. E a tendência parece ser o crescimento do número de manifestantes de oposição nas ruas, à medida que avança o processo de vacinação.

O efeito combinado desses ingredientes, com a crise econômica como pano de fundo, é a queda continuada da popularidade do governo e do presidente nas pesquisas de opinião. Prossegue a migração dos apoiadores indecisos ao campo da reprovação do governo, no qual tendem a ficar apenas os irremovíveis, os convictos que já renunciaram ao exame crítico das próprias opiniões.

No entanto, como já observado, a reação governista à sua vulnerabilidade junto à opinião pública tende a ser a radicalização retórica, com ataques às instituições, a deslegitimação do processo eleitoral e ameaças de golpe.

Nesse quadro delicado, a tarefa das oposições é dupla. De um lado, cuidar das eleições, preparar candidaturas e alianças programáticas, pensar no primeiro e no segundo turno de 2022. De outro lado, é imperativo que permaneçam unidas, em diálogo permanente, em defesa da democracia, do calendário eleitoral e da posse dos eleitos.

O centro da agenda política é a questão democrática. É dever de todas as forças políticas, desse campo, cooperar na mobilização e no esclarecimento progressivo da população, no Congresso Nacional, na imprensa e nas ruas, a respeito desse ponto.



Compartilhe!

Revista Política Democrática



Astrojildo Pereira, intelectual mediador!

Prefácio do volume referente aos textos de Rui Barbosa sobre a escravidão, escrito por Astrojildo Pereira, em pleno Estado Novo, é considerado uma aula de História do Brasil e, sobretudo, da história da população negra no país

Foto: PReprodução



Clássicos de nossa historiografia mostram a presença marcante de Astrojildo Pereira como importante intelectual mediador

Nas décadas de 1930 e 1940, quando pesquisava sobre a edição das obras completas de Rui Barbosa pela Casa Rui Barbosa, deparei-me com a figura emblemática de Astrojildo Pereira. Ele foi um dos convidados por Américo Jacobina Lacombe, à época o Diretor da Casa e o responsável maior pela edição, para escrever um prefácio para um dos tomos das obras completas, em cujo projeto editorial o prefaciador é um intelectual, geralmente renomado, que empresta sua pena para fazer a mediação entre o tempo e a obra ruiana e os leitores que a receberão.

Astrojildo Pereira, então um dos maiores intelectuais brasileiros, foi encomendado prefaciador o volume referente aos textos de Rui Barbosa sobre a escravidão. Seu prefácio, em pleno Estado Novo, é uma aula de História do Brasil e, sobretudo, da história da população negra no país. Adverte Astrojildo, contra muitos intelectuais de seu tempo, que o fim da escravidão não havia significado a liberdade para o povo negro. Faltou, dizia ele, o conjunto das reformas, a começar pela agrária, que possibilitaria integrar plena e dignamente, a população negra, e não apenas os/as ex-cativos/as, à vida nacional. Vale a pena ler e reler o texto!

Aliás, vale lembrar também que a participação de Astrojildo Pereira no projeto político-cultural-editorial das obras completas foi, ao longo do tempo, alardeada por Jacobina Lacombe, homem oriundo das hostes católicas e com um pé na Ação Integralista, como uma demonstração do espírito democrático de Getúlio Vargas, Gustavo Capanema e, de resto, o próprio Estado Novo, pois até mesmo um comunista convicto havia sido convidado a participar da edição.[1]

Anos depois, já no México, eis que encontro o mesmo Astrojildo Pereira envolvido num outro monumental projeto editorial, agora ligado à Editora Fondo de Cultura Económica. No projeto, a mesma posição de intelectual mediador e um apurado senso de responsabilidade e grande acuidade de conhecimento sobre o Brasil. Trato, no caso, da presença marcante do intelectual brasileiro na configuração de uma verdadeira “brasiliiana” para a América Hispânica ler, parte dos projetos editoriais levado a cabo pela mais importante e prestigiosa editora mexicana e latino-americana de meados do século XX acima referida.[2]

No projeto político-econômico-editorial de integração latino-americana desenhado pelo editor e intelectual mexicano Daniel Cósío

Foto: Reprodução



Cena cotidiana do Brasil Colonial: para Astrojildo Pereira, ao contrário de muitos intelectuais de seu tempo, o fim da escravidão não significou a liberdade para o povo negro

Villegas, em consórcio com seus pares de diversos países do continente, coube a Astrojildo Pereira não só receber o emissário da editora mexicana no Brasil, o intelectual argentino Norberto Frontini, no início de 1943, e ajudá-lo a fazer contado com a nata da intelectualidade brasileira, mas também coube ao militante comunista fazer a articulação desses intelectuais com a editora e contribuir decisivamente no desenho final da “brasiliana” que o Fondo pretendeu publicar.

As correspondências ativas e passivas depositadas no Arquivo da FCE, na Cidade do México, deixam claro o registo de que, no projeto editorial da Coleção Tierra Firme, que pretendia integrar a América Latina por meio do mútuo conhecimento de seus intelectuais, Astrojildo teve papel decisivo, tanto na articulação da intelectualidade brasileira, como na definição de temas que deveriam compor a Coleção.

No que se refere à articulação da e com a intelectualidade brasileira, coube-lhe o papel de projetar e animar a participação dos nossos grandes nomes – Gilberto Freire, Vinicius de Moraes, Oswald de Andrade, Carlos Drummond, Manuel Bandeira, Lúcia Miguel Pereira, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, dentre outros – no projeto editorial, ocasião em que ele sugeria ou vetava nomes de participantes, como também sugeria temas que dessem visibilidade ao Brasil como um todo, e não apenas às suas paisagens mais conhecidas (Sudeste e Nordeste).

Dessa ação de Astrojildo Pereira, resultou uma “brasiliana” mais alargada do que a inicialmente prevista, bem como a

“

O FIM DA ESCRAVIDÃO NÃO HAVIA SIGNIFICADO A LIBERDADE PARA O POVO NEGRO. FALTOU, DIZIA ELE, O CONJUNTO DAS REFORMAS, A COMEÇAR PELA AGRÁRIA, QUE POSSIBILITARIA INTEGRAR PLENA E DIGNAMENTE, A POPULAÇÃO NEGRA

”

clara tendência de convidar intelectuais do campo democrático para participar da iniciativa, razão, pelo que entendo, de não haver quase nenhum convidado ligado às hostes católicas antidemocráticas que abundavam o Estado Novo no projeto. No transcurso da elaboração e operacionalização do projeto editorial da Coleção Tierra Firme, corresponde a Astrojildo Pereira a delicada tarefa, como por exemplo, de defender insistentemente a participação de Lúcia Miguel Pereira que, sem motivos declarados, fora vetada pelo editor mexicano, assim como vetar a participação de intelectuais como Cassiano Ricardo, sob o argumento de que ele não possuía lastro cultural nem seriedade como outros que ele indicava.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

**LUCIANO MENDES
DE FARIA FILHO**



Compartilhe!

Que longa vida têm Saquaremas e Luzias

O país vive um dos momentos mais dramáticos de sua história. A pandemia impede a presença maciça da população nas ruas para viabilizar o impeachment de Bolsonaro



Foto: Scarlett Rocha/MSDF

Apesar dos últimos protestos em todo o país, as ruas têm ficado vazias das multidões inconformadas com os rumos do “governo” e, especialmente, com a gestão da saúde

OA pandemia tem se revelado a grande aliada do “governo” facinoroso de Jair Bolsonaro. Ela tem assegurado que as ruas fiquem vazias das multidões inconformadas com os rumos do “governo” e, especialmente, com a gestão da saúde. Essas multidões certamente as estariam ocupando, não fosse a pandemia, porque só as ruas levam ao impeachment. Mas como ir às ruas enquanto grassa uma pandemia de um vírus letal? O que fazer, sair às ruas para viabilizar o impeachment à custa de nossas próprias vidas?

É legítimo estimular pessoas a ir às ruas e se sujeitar ao contágio letal, colocando suas vidas em risco?

Assim, o Brasil vive a quadra mais dramática da sua História. Se quiser viabilizar o indispensável impeachment, o brasi-

leiro consciente tem de ocupar as ruas – e, sem pandemia, isso já estaria acontecendo naturalmente; mas não pode ir às ruas para não contradizer sua consciência – é preciso cumprir a quarentena para conter a disseminação do vírus. Por isso, soa fácil a Bolsonaro ser negacionista e insistir em ir às ruas cercado por seus guetos: sabe que seus adversários não podem fazer a mesma coisa sem se contradizerem.

É esse fio de navalha que Bolsonaro cavalga para garantir sua passagem às eleições de 2022. Sabe que se houver grandes manifestações, o impeachment ganhará força e velocidade, e ele cairá. E sabe mais: que, sem ele na corrida presidencial, o quadro eleitoral de 2022 se altera bruscamente, pois o eixo da polarização grimpou. Afinal, ele e Lula, à frente nas pesquisas, são an-



Foto: Felipe Campos Mello/Fotos Públicas

Para “viabilizar” o impeachment de Bolsonaro, o brasileiro consciente tem de ocupar as ruas. Se não fosse a pandemia, isso já estaria acontecendo naturalmente

típodas só de mentirinha; na verdade, são mutuamente convergentes na polarização – um retroalimenta o outro.

Mais que isso: o falso dilema de declarar inevitável o confronto de Bolsonaro e Lula ajuda a limar as incômodas rejeições de ambos. Há uma falsa posição no atual jogo de aparências: querem atestar que só Lula nos salva de Bolsonaro, mas esta é uma verdade que se restringe ao quadro em que os dois se enfrentam. Com as significativas rejeições que ambos ostentam, eles só se mantêm vivos na corrida eleitoral nesse quadro de enfrentamento mútuo. Como hoje Lula parece ser o único a vencer Bolsonaro, sua rejeição arrefece, pois muita gente que não votaria nele contra qualquer outro candidato muda de ideia nesse quadro e acaba votando, para “evitar o pior”. E Bolsonaro só iria ao segundo turno (e tem alguma chance de vencer o pleito) se o seu competidor for Lula, pelas mesmas exatas razões, lidas ao revés.

Os antípodas não são antípodas, são meros Saquaremas e Luzias. Mais de 160 anos depois da frase máxima do deputado,

“

SOA FÁCIL A BOLSONARO
SER NEGACIONISTA E
INSISTIR EM IR ÀS RUAS
CERCADO POR SEUS
GUETOS: SABE QUE SEUS
ADVERSÁRIOS NÃO PODEM
FAZER A MESMA COISA SEM
SE CONTRADIZEREM

”

senador, ministro da Fazenda, da Marinha e da Guerra no Império, Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti Albuquerque, Visconde de Albuquerque, a mesma verdade volta a reluzir – nada mais parecido com um Saquarema que um Luzia. O fato é que, contra os achaques de Saquaremas e Luzias, só a voz rouca das ruas seria capaz de se alevantar e fazê-los temer e tremer.

As grandes manifestações de rua sempre impõem alguma mudança de rumo ao país. Entre 10 e 16 de novembro de 1904, o povo pobre ocupou as ruas do Rio de Janeiro para protestar contra as medidas

autoritárias que o governo Rodrigues Alves impôs para enfrentar a epidemia de varíola – grassou a Revolta da Vacina. O governo reprimiu e deportou manifestantes para o Acre, mas cedeu em parte ao tornar a vacina facultativa, para atenuar o receio do populacho ante aquela novidade científica “assustadora”. As manifestações funcionaram.

A greve geral de 1917 levou milhares de operários às ruas de São Paulo e marcou o início efetivo do anarcosindicalismo no Brasil, além de ajudar na formatação de uma consciência operária e pavimentar o caminho para a fundação do primeiro partido de esquerda no país, o PCB, em 1922. A grande marcha civilista de 23 de maio de 1932, em São Paulo, abria caminho para a Revolução Constitucionalista. Mais que funcionar, as ruas escreveram a História.

O comício da Central do Brasil, no Rio, em 13 de março de 1964, deflagrou as reformas de base; as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, realizadas no Rio e em São Paulo decretaram a insurgência de um contramovimento, provando que as ruas cheias funcionam para a direita e para a esquerda. A Passeata dos Cem Mil, em junho de 1968, assustou a ditadura militar, tanto quanto as greves do ABC em 1978/80, que consagraram o fenômeno Lula. Os comícios pelas Diretas Já em 1983 e 1984 marcaram o começo do fim para a ditadura.

Manifestações dos caras pintadas puseram abaixo o governo Collor, um caso clássico de impeachment turbinado pelas ruas. E as passeatas de 2013, iniciadas por movimentos de ultraesquerda, acabaram plasmando a inconformidade popular com a corrupção e puseram abaixo Dilma Rousseff. A História do Brasil está preme de exemplos da força que emerge das ruas, e é temerário não acreditar neles. Bolsonaro e Lula sabem que as ruas podem mudar o rumo da sucessão; mas o que interessa a eles é a polarização, não as ruas cheias. Por essa e outras, Saquaremas e Luzias, sempre tão parecidos, continuam se dando as mãos há 160 anos.

“
A HISTÓRIA DO BRASIL
ESTÁ PREENHE DE
EXEMPLOS DA FORÇA
QUE EMERGE DAS
RUAS, E É TEMERÁRIO
NÃO ACREDITAR
NELES. BOLSONARO
E LULA SABEM QUE
AS RUAS PODEM
MUDAR O RUMO DA
SUCESSÃO; MAS O QUE
INTERESSA A ELAS É A
POLARIZAÇÃO, NÃO AS
RUAS CHEIAS



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

CARLOS MARCHI



Compartilhe!

CPI da Covid-19 - Incógnitas e avanços

Criada para combater o negacionismo ideológico do governo Bolsonaro, a CPI ganhou novo status com denúncias e fortes indícios de corrupção no Ministério da Saúde. A comissão também pode se destacar na defesa de políticas públicas que possam afirmar a ciência no país



Foto: Pedro França/Agência Senado

William Santana, técnico da divisão de importação do Ministério da Saúde, apontou inconsistências e falhas em documentos durante seu depoimento na CPI, na última sexta-feira (9/7)

Em que resultarão os trabalhos da CPI da Covid-19, ainda em funcionamento no Senado Federal?

Essa é a pergunta que políticos, jornalistas, empresários, milhões de brasileiros estão fazendo neste momento, tendo como pano de fundo o governo de Jair Bolsonaro e as eleições de 2022.

Bola de cristal ninguém possui, e política, para usar uma expressão já consagrada, não é mãe Dinah.

CPI, assim como greves e outros movimentos bruscos e complexos, sabe-se como começa, desconhece-se seu desfecho.

Já tivemos CPIs de todos os tipos e com evoluções impensáveis. Algumas nem conseguiram se reunir, em virtude do jogo de maiorias no Congresso; outras fizeram um carnaval danado e tiveram um fim melancólico; várias resultaram em propostas legislativas e leis; duas levaram à renúncia um presidente da República e ao impeachment de outro.

É ainda cedo para se prever o final da CPI em marcha, tudo está a depender do calibre dos achados de corrupção e das políticas de alianças partidárias e da formação de maiorias para empurrar à frente desígnios mais incisivos, ou não.

Importante registrar, diferentemente de

Importante registrar, diferentemente de países como os Estados Unidos, de matriz bipartidária em sua representação congressional, no Brasil temos 23 partidos com parlamentares na Câmara e no Senado. Nenhum com mais de 15% das bancadas, a pulverização é total. Nesse cenário, valem mais os interesses de cada mandato do que posicionamentos políticos e ideológicos coerentes, doutrinários e históricos.

Talvez já seja possível afirmar que a CPI alcançou uma grande vitória, a de afirmar o princípio da ciência diante de uma vaga negacionista que devastou políticas públicas e corrompeu o pensamento mais racional brasileiro, ensejando milagres de perna curta, credices, misticismos, loucuras coletivas. Negacionismo que, além desses aspectos, foi responsável pela corrosão ainda maior das finanças das famílias pobres sem acesso a recursos da saúde, levando-as a gastarem o que não tinham na compra de medicamentos como cloroquina, ivermectina e antibióticos, ao arrepio da medicina.

Uma CPI, que nasceu para contestar o negacionismo e forçar o governo federal a encarar a Covid-19 com mais responsabilidade, acabou catapultada a um piso superior com as denúncias e os fortes indícios de corrupção



Cada vez mais acuado pelas denúncias que surgem na CPI da Pandemia e pela crescente queda na popularidade, Jair Bolsonaro reage com ameaças à democracia brasileira e em defesa do voto impresso

no Ministério da Saúde, sobretudo na área de compra de vacinas e de outros insumos para combater a pandemia. E, quando emergem denúncias nessa proporção, tudo fica volumoso - a tensão política e as crises geradas por ela.

No meio de todo o burburinho, hipóteses se desenvolvem, umas podendo ser confirmadas, outras não. Uma delas é de que a não compra de vacinas no tempo certo de laboratórios com nomes firmados nas bolsas de valores do mundo ocorreu menos pelo negacionismo e mais pela influência do jogo escuro do mercado. O "mecanismo", termo frequente entre bolsonaristas, assim, teria aberto espaços à intermediação, nos quais o ilícito se sentiria mais em casa.

O negacionismo ideológico do governo, por tal raciocínio, acabou sendo uma muleta em outras mãos para esconder a ação corruptora. Veremos onde isso vai dar.

As denúncias envolvendo o Ministério da Saúde, levantadas e orbitando a CPI, arrasam, ainda mais, também os militares para terrenos pantanosos. Encher a repartição de militares - houve até um ministro general - não estaria impedindo as supostas falcatruas. Ora, militares sem inteligência é algo impensável se se acredita nas Forças Armadas como guardiãs da democracia, como define a Constituição Federal.

Para quem logo tira do bolso o impeachment como solução final a ser ensejada pela CPI, é bom ressaltar que esse instituto tem mais a ver com maioria política congressional e menos com fatos, por mais verdadeiros que sejam. O impeachment só se materializa, ao final, com a pressão das ruas, da sociedade e de expectativas eleitorais futuras de quem detém o mandato.

Independentemente de um desfecho re-

tumbante que não depende da CPI, há outros cenários positivos que os senadores podem também trabalhar - e com possibilidades boas de sucesso.

Uma delas é sugerir políticas públicas que possam afirmar a ciência no país, com investimentos em universidades, centros de pesquisa, novas parcerias inovadoras com o segmento privado. Aqui, um olhar atencioso para os nossos laboratórios (Fiocruz e Butantan, entre outros), até para fazer frente a outras epidemias que virão.

Outra fronteira: as compras que envolvem a saúde, em nível federal, nos estados e municípios, precisam ter um marco legal diferenciado e não podem estar contaminadas por injunções políticas. Corrupção com dinheiro público enoja qualquer cidadão de bem. Agora, corrupção que leva brasileiros à morte, agride, é desumana, é monstruosa.

“

COMPRAS QUE ENVOLVEM A SAÚDE, EM NÍVEL FEDERAL, NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS PRECISAM TER UM MARCO LEGAL DIFERENCIADO E NÃO PODEM ESTAR CONTAMINADAS POR INJUNÇÕES POLÍTICAS

”



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

DAVI EMERICH



Compartilhe!



Ao lado do "pária" Ernesto Araújo, Salles deixa um dos piores legados para o país, que passou a ter uma imagem internacional retrógrada após a sua gestão

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Troca de operador

Bolsonaro assumiu a Presidência determinado a exterminar a área do Meio Ambiente por dentro, nomeando alguém com o perfil adequado para a missão: Ricardo Salles. O Brasil perdeu mais de 21 mil km² de floresta na gestão do ex-ministro

O público brasileiro teve sua atenção voltada para a pasta do Meio Ambiente do governo Bolsonaro, no início da gestão em 2019, por uma decisão impensável até então: o cancelamento da decisão de sediar a Convenção do Clima da ONU no país, a COP 25. Era perfeitamente adequado que o Brasil, no topo do ranking mundial em biodiversidade, sediasse a Convenção, no momento em que a crise climática avançava e nossas florestas tinham tanto a contribuir. Mas a nova gestão deu ao país e ao mundo a sinalização de que tráfegaria na contramão do planeta e de suas necessidades, dispensando-se do papel de anfitrião do evento, acertado pela diplomacia do governo Temer. A partir daí, foi ladeira abaixo, e um susto atrás do outro.

O presidente Bolsonaro queria tornar a pasta ambiental uma Secretaria do Ministério da Agricultura. Alguns membros de sua equi-

pe, que tinham noção da importância do tema ambiental nas questões globais, mostraram a ele que seria muito pouco produtivo para o Brasil submergir o tema no segundo escalão do governo. Ele assentiu com o organograma, mas não com a existência de uma política de meio ambiente e resolveu exterminar a área por dentro, nomeando um ministro com o perfil adequado para a missão.

Primeiro, Ricardo Salles retirou toda a possibilidade de participação da sociedade nos espaços institucionais do ministério e difundiu a mensagem de que se tratava de ONGs que "mamavam" verbas públicas e demonizou ambientalistas. Alterou normas administrativas, retirou financiamento das ações socioambientais quando avançou sobre o Fundo Amazônia e tentou usar seus recursos para indenização de fazendeiros que tivessem algum tipo de produção em áreas protegidas. Desidratou os setores de fiscalização reduzin-



Jair Bolsonaro durante motociata em Chapecó (SC): a saída de Ricardo Salles do Ministério do Meio Ambiente pode ser percebida como a troca de operador de uma gestão nefasta ao país

do tanto orçamento quanto equipes. E, para impedir qualquer ação de rebeldia, colocou em cargos estratégicos policiais oriundos da PM paulista, sem considerar sua falta de capacitação para atuar na área ambiental. Em relação aos territórios sob responsabilidade do ministério, as 326 Unidades de Conservação, somando algo em torno de 78 milhões de hectares, cerca de 8% de todo o território nacional, Ricardo Salles demandou estudos à equipe para repassá-las à iniciativa privada sob o pretexto de melhorar a eficiência das ações de conservação em modelos jurídicos questionáveis.

O Brasil perdeu mais de 21 mil km² de floresta na gestão Salles. Em 2020, praticamente 26,5% do Pantanal foram perdidos também. O que deu a Salles a ocasião de publicar sua tese do boi bombeiro. A biomassa consumida pelos bovinos reduziria material inflamável. Uma tese desmontada por qualquer vaqueiro do Pantanal que tivesse testemunhado a evolução do rebanho no bioma e total ausência de relação de causa e efeito entre as duas coisas.

Além de um histórico patrimonial entrelaçado com explicações que o mercado imobiliário de São Paulo não referenda para explicar seu enriquecimento, Salles teve dois momentos de alta na mídia: o 22 de abril, em que a reunião ministerial divulgada no contexto de um processo judicial no STF o exhibe ponderando que um bom uso para a tragédia da pandemia seria aproveitar o foco da mídia na Covid-19 e fazer um desmonte das normas de proteção ambiental que ele denominou de “passar a boiada”; e seu segundo momento

de visibilidade, à frente de um paredão de toras de madeiras sem origem explicada, no papel de defensor de madeireiros que faziam não só a retirada ilegal da madeira, mas também a exportação dela para mercados europeus e americanos, por brechas abertas nas normas do IBAMA por ordem de Salles.

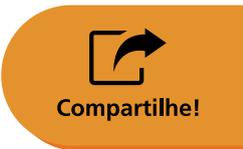
A história da gestão do ministro termina nas barras dos tribunais, no caso o STF, perdendo uma queda de braço com a PF, que havia feito a apreensão da tal madeira, cujo valor pode chegar a R\$ 200 milhões. Teve que entregar celular e passaporte e, diante da eminente possibilidade de encarar um mandado de prisão, foi exonerado. Não antes de garantir Joaquim Pereira Leite, de sua estreita confiança e identidade de visão de gestão, para sucedê-lo e continuar o processo de inanição de uma pasta que sequer conseguiu formular uma política, legou ao Brasil uma imagem internacional retrógrada e ofereceu à comunidade internacional a oportunidade de começar a elaborar as bases jurídicas para que o Tribunal Penal Internacional tenha nova área de jurisdição: o ecocídio.

A saída de Ricardo Salles do Ministério do Meio Ambiente pode, corretamente, ser percebida como a troca de operador de uma gestão que tem suas diretrizes ditadas diretamente pelo Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

JANE MARIA VILAS BÔAS



ENTREVISTA ESPECIAL - ELIANA CALMON

'A fragilidade institucional do Poder Executivo tem sido desastrosa para o país'

Ineficiente e negacionista no combate à pandemia, o Governo Bolsonaro se notabiliza, também, pelo desmanche dos órgãos de controle do Estado para o combate à corrupção, como a Receita Federal, COAF e ENCCLA, avalia Eliana Calmon

Por Caetano Araujo, George Gurgel, Arlindo Fernandes de Oliveira e André Amado

A condução sofrível do Brasil no combate à pandemia do novo coronavírus, a Covid-19, além do desprezo pelas advertências dos médicos sanitaristas nacionais e internacionais, agravou, ainda mais, a fragilidade institucional do Poder Executivo, marcado pelo despreparo político, técnico e emocional do seu condutor, o Presidente da República; avalia Eliana Calmon, entrevistada especial desta 33ª edição da Revista Política Democrática On-line.

Jurista e magistrada, brasileira, aposentada, primeira mulher a compor o Superior Tribunal de Justiça (STJ), no qual ocupou o cargo de ministra no período de 1999 a 2013, Eliana Calmon também comenta o cumprimento do papel institucional do Supremo Tribunal Federal (STF), no momento atual do país, "como protagonista maior dentre os Poderes, ora dando respostas políticas, ora decidindo as relações entre indivíduos, agindo como mediador".

Para ela, o problema está, "no equilíbrio das respostas políticas que têm ampla repercussão na vida cotidiana dos cidadãos, a exigir coerência entre o discurso político e as respostas dirigidas ao povo", avalia. "A divergência entre as duas falas fragiliza o papel do Poder que dá a última palavra", completa.

Atuando atualmente como advogada na capital federal, Eliana Calmon também foi corregedora-geral da justiça e diretora-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo (ENFAM). Na entrevista à Revista Política Democrática On-line, ela critica o desmanche dos órgãos de controle pelo governo federal, como a Receita Federal (RF), o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), além do aparelhamento da Polícia Federal (PF) e da Agência Brasileira de Investigação (ABIN), para servir a interesses do presidente Jair Bolsonaro, e não ao Estado.

O Legislativo, por sua vez, tem contribuído com o governo Bolsonaro ao promover "o recorte de diversos e importantes diplomas legais, com o afã de promover o desmanche dos mais severos instrumentos de combate à corrupção, tais como a Lei de Improbidade Administrativa, a Lei da Ficha Limpa e a Lei

de Acesso às Informações", avalia.

Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista da ex-ministra Eliana Calmon à Revista Política Democrática On-line.

Revista Política Democrática Online (RPD): Que contribuição o Supremo Tribunal Federal poderá fazer à consolidação da democracia brasileira, a despeito da interpelação frequente de redes sociais?

Eliana Calmon (EC): O Supremo Tribunal Federal, como um dos Poderes da República, é um dos pilares da democracia, tendo como missão precípua fiscalizar e proteger a Constituição Federativa do Brasil a mais importante lei do país. É o equilíbrio das forças políticas na medida em que os princípios fundamentais das instituições nacionais estão ali expressos. Aliado a essa função política é também o Supremo, no modelo traçado pelo Legislador Constitucional de 88, seguindo a tradição das anteriores Cartas, a cúpula do Poder Judiciário. Assim, pode-se dizer que cabe ao Supremo Tribunal Federal sustentar a democracia politicamente, como guardião constitucional e como fiscal da ordem jurídica. No momento em que as instituições estão fragilizadas como no presente, é relevantíssimo o papel do Supremo, chamado como guardião e fiscal a dar a última palavra, quando os demais Poderes faltam ou falham na sua missão institucional. Daí o apelo constante nas redes sociais, na tentativa de termos uma Corte Suprema confiável, capaz de colocar dentro dos parâmetros legais o processo democrático desempenhado pelas instituições.

“

A CPI QUE A PRINCÍPIO SURTIU COMO UM EXAGERADO PROPÓSITO DE INCRIMINAR PESSOAS DO GOVERNO, TROUXE PARA O PÚBLICO O QUE SE PASSAVA NAS ENTRANHAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E O DESCASO COM A AQUISIÇÃO DE VACINAS

”



RPD: O país passa por uma conjuntura, no mínimo, complicada. E nesse contexto, a democracia brasileira corre algum risco? E, em caso afirmativo, o Supremo Tribunal Federal tem correspondido às expectativas de cumprir com seu papel institucional?

EC: Atravessamos um dos mais difíceis momentos da vida política. O país evoluiu consideravelmente como nação democrática com a Constituição Federal de 88 e, nos últimos anos, principalmente nos últimos cinco, o viés participativo que eclodiu no mundo inteiro também chegou ao Brasil, não sendo poucas as reivindicações por novos direitos, inclusive pelo direito de participação social no governo. Essas reivindicações inquietam os governantes, exaltam o povo e, nesse confronto, buscam, ambos, no Poder Judiciário, o equilíbrio de forças, estando o Supremo Tribunal Federal, nesse cadinho, como protagonista maior dentre os Poderes, ora dando respostas políticas, ora decidindo as relações entre indivíduos, agindo como mediador.

O problema está, na minha visão, no equilíbrio das respostas políticas que têm ampla repercussão na vida cotidiana dos cidadãos, a exigir coerência entre o discurso político e as respostas dirigidas ao povo. A divergência entre as duas falas fragiliza o papel do Poder que dá a última palavra, fazendo-se desacreditado pela população que hoje, detentor de voz facilitada pelas redes sociais, cobra de forma veemente e, muitas vezes, desrespeitosas respostas coerentes com os seus interesses (anseios populares), ao tem-

po em que exigem dos Poderes Legislativo e Executivo respostas adequadas às suas expectativas, geradas principalmente pelas promessas de campanha. Há ainda uma terceira via de complicação: as desavenças institucionais que fragilizam os Poderes Republicanos, com avanços e recuos. Há evidente retrocesso na tentativa de equilíbrio de forças entre os Poderes. Em resumo, as instituições estão funcionando, embora funcionem mal, e o Supremo Tribunal Federal não tem sido capaz de bem cumprir sua missão constitucional e, por isso, está a sofrer um enorme desgaste.

RPD: Uma das características do funcionamento do Estado, nos últimos anos, tem sido o ativismo judicial, assim chamado, ou protagonismo do Poder Judiciário. Em alguns lugares, chega-se a mencionar a existência de uma guerra jurídica ou do uso do direito para fins políticos, o chamado lawfare. Como vê isso, especialmente diante da experiência brasileira recente da Lava-Jato e das decisões recentes do Supremo Tribunal Federal sobre essa operação?

EC: Vejo com preocupação. A Constituição Federal de 88 trouxe grande modificação para o Judiciário, tornando a magistratura mais independente. Dizia-se que o juiz era a boca do legislador; as suas respostas eram de acordo com a lei por ele aplicada; hoje é apenas um referencial, pois ao julgador cabe não simplesmente aplicar a lei, e sim a missão de solucionar os conflitos sociais. Afinal, juiz existe para levar a paz à sociedade a qual serve, usando como parâmetros a lei. A apli-

“ ACHO UM RETROCESSO FALAR EM VOTO IMPRESSO. O VOTO ELETRÔNICO JÁ FOI USADO COM SUCESSO EM DIVERSAS ELEIÇÕES, É UM VOTO MODERNO E COLOCOU O BRASIL À FRENTE DE MUITAS NAÇÕES DESENVOLVIDAS, ALÉM DE TER ACABADO COM A CHICANA REINANTE NAS ELEIÇÕES ANTERIORES

”

cação literal da norma, muitas vezes, é capaz de ocasionar conflito. Daí o entendimento existente nas mais modernas constituições, ao dar ao magistrado maior liberdade na condução das soluções dos conflitos de interesses, observando com severidade a aplicação dos princípios constitucionais. No passado, as premissas maiores eram os fatos, e a premissa menor, a lei, cabendo ao julgador inserir os fatos à norma, como se a lei fosse um modelo pronto, uma espécie de “prêt-à-porter” à espera de um usuário, o jurisdicionado. Essa forma moderna e constitucionalmente admitida de julgar, deu ensejo ao ativismo judicial, termo técnico que define a atuação expansiva e proativa do Poder Judiciário ao interferir em decisões de outros poderes.

O ativismo do Poder Judiciário no Brasil é intenso, especialmente no Supremo Tribunal Federal. O grande problema é que a magistratura está mal preparada para aplicar o ativismo de forma escurra e isenta, deixando claros resíduos de utilizarem os julgadores critérios político partidários para decidir. Esses resíduos transparecem na mudança costumeira das decisões, na alteração da jurisprudência a depender do ator em julgamento, no desprezo dos princípios para fazer uma interpretação rasa da lei etc., provocando insegurança jurídica, de tal ordem, que leva os jurisdicionados a não respeitarem a instituição a



Foto: Gláucio Dettmar/Agência CNU

quem compete falar por último. Isso aconteceu quando do julgamento de alguns processos da Operação Lava Jato, oportunidade em que o Supremo Tribunal Federal, desprezando as normas procedimentais, criou uma série de artifícios, mudou a sua jurisprudência e, por fim, sem mais espaço, passou desqualificar os atores procedimentais, juízes e membros do Ministério Público. Essa forma de proceder fez do Supremo senhor absoluto, colocando-o acima dos dois outros Poderes ao tempo em que desprezou a vontade da sociedade brasileira que já enxerga a corrupção como o maior mal à democracia.

RPD: Como avalia o governo Bolsonaro e o enfrentamento da pandemia já em seu segundo ano? E, nesse contexto, que papel poderá ter a CPI, ora em andamento no Congresso Nacional?

EC: De forma absolutamente isenta de qualquer conteúdo ideológico, avalio que a fragilidade institucional do Poder Executivo, provocada em grande parte pelo despreparo político, técnico e emocional do seu condutor, o Presidente da República, tem sido desastrosa para o país. Aliada à essa fragilidade, o Parlamento mostra-se também pouco rígido, especialmente pela dificuldade de enfrentar



um Judiciário que, a partir de 2013, assumiu o papel de defesa dos cofres públicos, ocupando-se com grande empenho a combater a corrupção que, de forma sistêmica e secular, instalou-se nas entranhas dos Poderes. A atuação do Ministério Público Federal e do Poder Judiciário provocou verdadeira revolução interna, posicionamento que o Governo Bolsonaro não aceitou. Assim, unindo-se aos parlamentares que, de igual modo, nunca aceitaram o protagonismo de combate à corrupção, iniciou-se, no Brasil, um desmanche dos órgãos de controle do Estado tais como Receita Federal, COAF, ENCCLA; outros órgãos estão sendo cooptados para servirem ao governo e não ao Estado, tais como Polícia Federal e ABIN. Encetou-se, de forma inescrupulosa, sério ataque ao Ministério Público Federal, fragilizando sua atuação, desacreditando-o perante a opinião pública, disseminando-se discórdia entre seus membros.

Ao Legislativo, coube o papel de promover o recorte de diversos e importantes diplomas legais, com o afã de promover o desmanche dos mais severos instrumentos de combate à corrupção, tais como a Lei de Improbidade Administrativa, a Lei da Ficha Limpa, a Lei de Acesso às Informações; com uma nova Lei de Abuso de Autoridade, procurou-se inibir a atuação das autoridades a quem cabe investigar, indiciar, denunciar e prender os corruptos do país. Por último, avizinha-se ser levado para desmanche a lei eleitoral, quebrando-se a transparência do que se passa nas entranhas dos partidos políticos, empurrando para a penumbra os gastos com as campanhas

eleitorais, agora financiadas pelos cofres públicos, como também arquitetava-se manter em sigilo o patrimônio dos candidatos a cargos eletivos. O mais execrável é que esses desmanches estão sendo feitos sem transparência, sem audiência do público interessado e em processos rápidos e emergenciais, de forma quase imperceptível. O Supremo Tribunal Federal assiste a tudo isso como um convidado de pedra.

E quando pensamos que nada mais pode piorar esta forma de governança, estamos a conviver, há quase dois anos, com a pandemia. Pergunta-se: e como foi conduzida? De forma desastrosa, com um incompreensível negacionismo, desrespeito à política de saúde pública traçada pela Organização Mundial da Saúde da qual faz parte o Brasil, absoluto desprezo pelas advertências dos médicos sanitários nacionais e internacionais. Mais uma vez, valendo-se da falta de transparência, o governo procurou, mais uma vez, ocultar os números alarmantes de pessoas infectadas e o número de óbitos ocasionados pela pandemia. Para que a nação tivesse conhecimento dos números reais da pandemia, foi necessário que um grupo independente de jornalistas credenciados tomassem as rédeas das estatísticas, indispensáveis para traçar qualquer estratégia de enfrentamento à Covid-19. A CPI que a princípio surgiu como um exagerado propósito de incriminar pessoas do governo, trouxe para o público o que se passava nas entranhas do Ministério da Saúde e o descaso com a aquisição de vacinas, única forma de vencer a pandemia.

RPD: Ainda está na pauta da conjuntura nacional política a questão do voto impresso. Qual sua opinião a respeito?

EC: Acho um retrocesso falar em voto impresso. O voto eletrônico já foi usado com sucesso em diversas eleições, é um voto moderno e colocou o Brasil à frente de muitas nações desenvolvidas, além de ter acabado com a chicana reinante nas eleições anteriores, quando já se sabia, antecipadamente, que haveria fraude eleitoral, e a fiscalização partidária contentava-se em lutar pelo grau mais discreto possível de desvios. Somente no pleito antecedente, em 2018, é que surgiu a desconfiança quanto ao voto eletrônico e por parte dos que ganharam as eleições, ironicamente. Tema que voltou agora à pauta, quando cresce o descontentamento quanto à utilização do voto eletrônico. Diante de tanta celeuma e de tantas ameaças, entendo que, prudentemente, para virarmos a página dessa discussão que mais parece uma cortina de fumaça, será razoável aceitar o voto auditável, que possibilita conferência, quando há alguma desconfiança. Assim, caminharemos com mais segurança e transparência.



Foto: Gláucio Dettmar/Agência CNJ

“

STF: O PROBLEMA ESTÁ, NA MINHA VISÃO, NO EQUILÍBRIO DAS RESPOSTAS POLÍTICAS QUE TÊM AMPLA REPERCUSSÃO NA VIDA COTIDIANA DOS CIDADÃOS, A EXIGIR COERÊNCIA ENTRE O DISCURSO POLÍTICO E AS RESPOSTAS DIRIGIDAS AO POVO

”



SAIBA MAIS SOBRE A ENTREVISTADA

ELIANA CALMON



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

CAETANO ARAÚJO



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

GEORGE GURGEL



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

ARLINDO FERNANDES DE OLIVEIRA



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

ANDRÉ AMADO



Compartilhe!

A perda de complexidade da economia brasileira

Governo Bolsonaro tem falhado desastrosamente em implantar medidas eficazes para que o Brasil consiga reerguer a economia e interrompa a marcha para o atraso e a falta de competitividade, avalia Guilherme Accioly



Foto: Alan Santos/PR

Presidente Jair Bolsonaro bate um pênalti na Arena Condá, em Chapecó (SC): o atual governo tem um "arremedo de projeto econômico que se resume a destruir tudo que funciona no Estado brasileiro"

Pelo menos, desde a década de 50, reconhece-se a importância da industrialização das economias periféricas, como a brasileira, para seu desenvolvimento econômico. Entendendo isso, diversas nações adotaram políticas industriais ativas, com variados graus de sucesso.

Alguns países, em especial na Ásia (Coreia do Sul, Taiwan) foram extraordinariamente bem-sucedidos. Em poucas décadas, passaram de economias agrárias e muito pobres para potências industriais.

O Brasil não fez feio. Foi capaz de criar uma economia relativamente sofisticada, com um

setor industrial razoavelmente avançado e diverso. Tem indústria automobilística (embora composto apenas por filiais de multinacionais) e até aeronáutica, como o milagre que é a Embraer. Inventou a celulose de fibra curta (de eucalipto, enquanto, até então, o mercado era só de fibra longa/pinus) e se tornou um dos maiores exportadores do produto - ainda é o 4º maior.

Mas esse processo perdeu fôlego. A participação da indústria no PIB despencou de 48%, em 1985, para 20,4%, em 2020. Grupos nacionais da indústria desapareceram ou perderam relevância.

A desindustrialização ocorrida é uma das faces de um fenômeno mais profundo: a progressiva erosão da complexidade da estrutura produtiva brasileira. Uma economia mais complexa é aquela em que há maior densidade de produtos com efeitos de encadeamento e transbordamento. Ou seja, que geram maiores e mais abrangentes externalidades, potencializando o dinamismo da economia.

O estado da arte na medição da complexidade das economias nacionais é o Atlas da Complexidade Econômica, ferramenta desenvolvida e gerenciada pelo Harvard Growth Lab, visando “entender a dinâmica econômica e novas oportunidades de crescimento para todos os países do mundo”. Uma de suas funcionalidades é um ranking mundial de Complexidade Econômica. Nele, o Brasil, depois de ocupar a 27ª posição em 2000, recuou para a 49ª em 2018. O México estava na 19ª colocação, em 2018, a Tailândia na 22ª.

Outro ranking internacional que aponta para o progressivo atraso da economia brasileira é o Índice de Competitividade Global, do Banco Mundial. Segundo ele, o Brasil ocupava a 80ª posição (dentre 137 países), enquanto estava em 72ª, em 2007.

O que aconteceu? Por que paramos de avançar e estamos andando para trás? A resposta, claro, é complexa e passível de inúmeras versões. Arrisco tentar simplificar: porque perdemos qualquer tentativa de projeto nacional.

Mesmo os governos do PT não tinham um projeto claro. Ainda que várias iniciativas louváveis tenham sido encaminhadas, a descoordenação e a execução precária não permitiram que se avançasse. O projeto mais importante de política industrial foi a criação da maior empresa de carne bovina do mundo! Isso já em plena crise climática, mesmo sendo fartamente conhecida a contribuição da pecuária para esse desastre. Sem falar em mais um passo para a redução da complexidade da economia brasileira.

O atual governo é, também nisso, um completo descalabro. Não tem nenhuma ideia do que pretende para o país. Brada contra uma inexistente ameaça comunista e pouco mais. Há um arremedo de projeto econômico, um liberalismo de botequim (com o perdão dos botequins) que se resume a destruir tudo que funciona no Estado brasileiro. Em particular, do que mais precisamos para avançar: pes-

“

NÃO HÁ NENHUMA ESPERANÇA DE O PAÍS SE MODERNIZAR EM NENHUM ASPECTO NESSE GOVERNO, MUITO MENOS NUMA QUESTÃO PROFUNDA COMO O RETROCESSO NA COMPLEXIDADE DA ECONOMIA

”

quisa, tecnologia e educação. Não há nenhuma esperança de o país se modernizar em nenhum aspecto nesse governo, muito menos numa questão profunda como o retrocesso na complexidade da economia.

Mas, com a união dos setores democráticos da sociedade, é possível que, em 2022, seja, de novo, possível pensar num projeto de país.

Aí o Brasil terá de voltar a investir no que todos os países dinâmicos estão investindo. Em tecnologia, muito especialmente naquelas voltadas à descarbonização da atmosfera. No aproveitamento racional do imenso patrimônio que é a diversidade natural brasileira, inclusive desse tesouro que estamos jogando fora, a Floresta Amazônica. Terá também de fazer o que todas as economias avançadas já fizeram há muito tempo, oferecer uma educação em todos os níveis com qualidade e universalidade. A existência do SUS também abre a possibilidade de investimentos produtivos, com alto grau de complexidade, nos setores industriais do chamado Complexo Industrial da Saúde, como já advertem alguns dos melhores economistas brasileiros.

Há tempo de reverter essa marcha para o atraso e a mediocridade. Mas o Brasil precisa de um olhar para o futuro.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

GUILHERME ACCIOLY



Compartilhe!

O Brasil está condenado a ser um fazendão?

Sucesso do agronegócio não se traduziu em aumento do padrão de vida da imensa maioria da população brasileira, avalia José Luis Oreiro em seu artigo. Desindustrialização crescente pode condenar o país ao subdesenvolvimento

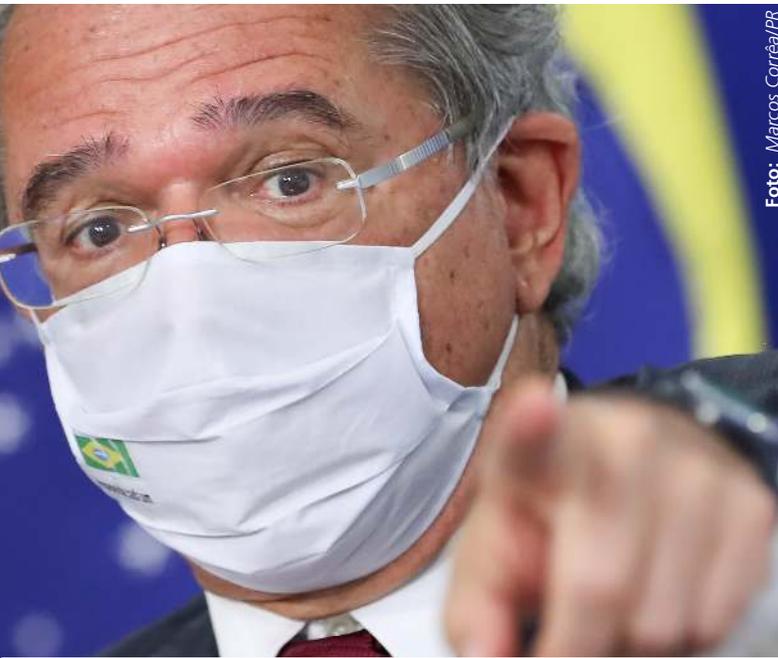


Fazenda em Xinguara (PA), a capital do Boi Gordo: boom das commodities nos anos 2000 permitiu uma hiper valorização da taxa de câmbio, e a destruição de parte significativa do parque industrial brasileiro

Recentemente, o Ministro Paulo Guedes afirmou que “O país tem vocação para o agronegócio, e esse governo enxerga isso de forma muito clara, objetiva e efetiva”. Não é a primeira vez que ouvimos isso da boca de um economista liberal autodeclarado. Entre 1944 e 1945, Eugenio Gudín defendeu, em debate com Roberto Simonsen, que o Brasil possuía uma “vocação agrícola” e que o Estado deveria se abster de intervir na economia para liderar o processo de industrialização. Naquele momento, contudo, a posição liberal foi derrotada. A realidade da escassez de dólares pós-Segunda-Guerra Mundial obrigou o governo Dutra a voltar atrás no processo de liberalização cambial e comercial posto em prática em 1946. Entre meados de 1947 e o início de 1948, o governo se viu forçado a mudar a política de comércio exterior, extinguindo o mercado livre de câmbio e adotando um sistema de contingenciamento de importações, o qual deu grande impulso à substituição da

importação de produtos manufaturados pela produção doméstica.

Em 1949, durante a primeira conferência da CEPAL, o economista argentino Raul Prebisch apresenta o famoso “Manifesto Latino-Americano”. Nesse documento, Prebisch explica que a industrialização era a única forma de os países da América Latina superarem o problema do “desenvolvimento desigual” com relação aos países industrializados. Isso, porque a inserção dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho, como exportadores de produtos primários, fazia com que parte dos ganhos de produtividade gerados pela incorporação do progresso técnico nesses países fosse apropriada pelos países industrializados, por intermédio da tendência secular à deterioração dos termos de troca. Essa tendência resultava do fato de que, enquanto na América Latina a incorporação do progresso técnico no setor exportador levava a uma queda dos preços dos produtos exportados, nos países industriais os avanços



Para o Ministro Paulo Guedes, um economista liberal autodeclarado, "o país tem vocação para o agronegócio, e esse governo enxerga isso de forma muito clara, objetiva e efetiva"

nas técnicas de produção eram incorporados na forma de salários mais elevados, mantendo-se constantes os preços desses produtos.

Além dessa questão, Prebisch argumentou que, enquanto a elasticidade-renda da demanda por produtos primários era menor do que um, a da demanda por produtos manufaturados era superior a um. Sendo assim, seria impossível aos países latino-americanos crescer de forma sustentável a um ritmo maior do que o dos países industrializados. Isso porque, nesse caso, as importações dos países latino-americanos cresceriam mais rapidamente do que suas exportações, levando a uma progressiva redução das reservas internacionais e, em algum momento, a uma crise de balanço de pagamentos.

Essa particularidade da "condição periférica" (para usar o termo criado por Prebisch) acabou fazendo com que os sucessivos governos brasileiros entre 1947 e 1980 se preocupassem em estimular a industrialização do país, processo esse que foi extremamente bem-sucedido; e permitiu que o Brasil apresentasse a segunda maior taxa de crescimento do PIB per capita no mundo, durante o período em consideração, ficando atrás apenas do Japão.

A crise da dívida externa marcou ponto de inflexão no processo de desenvolvimento econômico do Brasil, levando à "década

“

ESSA PARTICULARIDADE DA "CONDIÇÃO PERIFÉRICA" ACABOU FAZENDO COM QUE OS SUCESSIVOS GOVERNOS BRASILEIROS ENTRE 1947 E 1980 SE PREOCUPASSEM EM ESTIMULAR A INDUSTRIALIZAÇÃO DO PAÍS

”

perdida" e à "alta inflação" dos anos 1980. Com o governo Collor, inicia-se no Brasil o processo de abertura da conta de capitais do balanço de pagamentos, o que permitiria o financiamento externo por intermédio do capital especulativo, atraído pelas altas taxas de juros pagas no Brasil. O modelo de industrialização por substituição de importações dá lugar ao modelo de crescimento com poupança externa que gera uma forte apreciação da taxa de câmbio, levando o país a uma nova crise de balanço de pagamentos, em 1998, e a um processo de crescente desindustrialização. Com o forte crescimento da economia da China nos anos 2000, a exportação de produtos primários disparou, e a participação dos produtos primários na pauta de exportações volta a superar a participação dos produtos manufaturados. O boom das commodities nos anos 2000 eliminou (ao menos temporariamente) a restrição externa da economia brasileira, permitindo uma hiper valorização da taxa de câmbio e a destruição de parte significativa do parque industrial brasileiro. Desde então, a economia brasileira tem permanecido semiestagnada, apresentando crescimento da renda per capita inferior a 1% a.a.

O sucesso do agronegócio não se traduziu em aumento do padrão de vida da imensa maioria da população brasileira. Se for verdade que o Brasil está condenado a ser um "fazendão", então, a conclusão inescapável é que nosso país está condenado ao subdesenvolvimento.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

JOSÉ LUIS OREIRO



Compartilhe!

PCC, CV, Milícias – Uma comparação entre Rio e São Paulo

Grupos criminosos e milicianos, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, cresceram onde o Estado não conseguiu ser o fiador de uma ordem legal, cedendo espaços de poder para o surgimento e fortalecimento de agências reguladoras criminosas, avalia Bruno Paes Manso



A Penitenciária de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, cenário de uma das últimas rebeliões comandadas por integrantes do PCC, em 2017, que deixou 27 detentos mortos

Dois anos depois do massacre de 111 presos no Carandiru, em 1992, o governo do estado de São Paulo mudou sua política penitenciária. Para cumprir a promessa de demolir essa prisão que concentrava mais de 7 mil presos no mesmo espaço, palco da maior tragédia da história paulista, o governo passou a construir dezenas de unidades menores, para 700 presos, que se multiplicaram e se espalharam por todo o estado. O Primeiro Comando da Capital, criado em 1993, um ano após o massacre, soube crescer nesse mundo novo que se formava atrás dos muros e das grades.

Nas celas superlotadas, com verbas públicas insuficientes para a garantia da ordem e

dos direitos dentro dos presídios, coube aos próprios presos inventar e estabelecer uma nova forma de governança nessas unidades. A partir do controle dos presídios, o PCC passou a desempenhar, no decorrer dos anos, o papel de agência reguladora do mercado criminal paulista, estabelecendo protocolos e regras que tornou esse ambiente mais profissional e previsível, com menos riscos e perigos para os envolvidos.

A consolidação dessas regras dependeu da proibição dos conflitos nos bairros e da busca de exercer um monopólio do uso da força no mundo do crime. Essa nova governança na rede criminal contribuiu para aumentar a previsibilidade no mercado criminal e profissio-

Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil



Protesto contra a morte da vereadora Marielle Franco. Milícias no Rio de Janeiro se fortaleceram a partir dos anos 2000

nalizar a cena. Levou os criminosos paulistas às fronteiras do continente, acessando fontes atacadista de drogas em grandes mercados produtores e distribuidores.

No Rio de Janeiro, ao longo de sua história recente, nunca houve um grupo hegemônico a dominar a cena criminal do estado. Desde o começo dos anos 80, quando o Comando Vermelho passou a atuar no comércio varejista de drogas, o controle dos territórios por grupos armados passou a ser disputado entre grupos rivais, como Terceiro Comando e Amigos dos Amigos, que estabeleceram uma corrida armamentista para adquirir poder e mercados nessas áreas em disputas constantes.

Os conflitos, que causavam homicídios nos bairros pobres e aterrorizavam a população do Rio com tiroteios e balas perdidas, caracterizaram a dinâmica violenta da cena fluminense. Integrantes das polícias passaram a descobrir formas de ganhar dinheiro e poder com esse cenário caótico. Entre as estratégias estavam os arregos (corrupção paga a autoridades pelo tráfico), venda de armas e munição no mercado paralelo, operações policiais de guerra que passavam para a opinião pública a mensagem distorcida de que o trabalho policial era uma rotina de disputas cotidianas contra um suposto inimigo.

O novo modelo de negócio paramilitar

“

FAVORECIDOS PELA PARTICIPAÇÃO ATIVA DE POLICIAIS, AGENTES PENITENCIÁRIOS E MILITARES, AS MILÍCIAS OU GRUPOS PARAMILITARES ASSUMIRAM A GOVERNANÇA EM DIVERSOS TERRITÓRIOS

”



Comando Vermelho avança no norte do país, em cidades como a capital do Amazonas, Manaus

Foto: Edmar Barros/FolhaPress

– que passou a ser chamado e conhecido como milícias – surgiu e se fortaleceu a partir dos anos 2000, inicialmente, ao se apresentar como um antídoto para o controle territorial exercido pelos grupos de traficantes. Cresceu e se fortaleceu em corporações historicamente ligadas aos negócios e parcerias com o crime e a contravenção.

Favorecidos pela participação ativa de policiais, agentes penitenciários e militares, as milícias ou grupos paramilitares assumiram a governança em diversos territórios, ganhando dinheiro a partir de uma ampla diversidade de receitas em atividades criminosas – entre elas, extorsão a moradores e comerciantes, venda de terrenos em áreas protegidas por legislação ambiental, venda de imóveis irregulares, gás, internet, água, cigarro pirata e, com o tempo, também drogas. A expansão começou, principalmente, pela zona oeste do Rio, onde moravam parte dessas lideranças paramilitares, que tinham ligações com a região e as associações de moradores locais.

Apesar das diferenças, ambos os tipos de

grupos – PCC e milícias – fortaleceram-se na medida em que conseguiam construir uma autoridade capaz de definir regras, traçar pactos e acordos que definiram um novo padrão de relacionamento entre os integrantes do mercado criminal dessas cidades.

A criação de normas e protocolos para organizar ganhos e mediar conflitos tornam o negócio mais lucrativo e menos custoso.

A violência armada aparece como instrumento primordial para que esses grupos – traficantes e paramilitares – exerçam essa autoridade e imponham regras entre seus pares e até entre seus competidores. Esses grupos criminosos, portanto, acabam atuando nos espaços de sombra, onde o Estado não consegue ser o fiador de uma ordem legal, o que acaba cedendo espaços de poder para o surgimento e fortalecimento de agências reguladoras criminosas.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

BRUNO PAES MANSO



Compartilhe!

Brasil agoniza entre focos emergentes da fome

Estudo publicado neste mês mostra que fome no país e restante do mundo pode matar 11 pessoas a cada minuto até o final deste ano no planeta, caso nada seja feito



Foto: Ailton de Freitas

Maria Amélia da Conceição de Fátima, de 72 anos (D), e sua família vivem entre os catadores de lixo no Setor de Clubes Sul, na capital federal

O ronco no estômago ecoa como grito ensurdecedor na barriga de dezenas de catadores de lixo e outras pessoas que ficaram desempregadas em razão da pandemia da Covid-19. Verduras e frutas podres, pães industrializados vencidos e restos de comida de restaurante vão direto para a boca, numa guerra cruel contra a fome.

Mulheres e homens. Crianças, jovens e adultos. Todos se aglomeram em barracas nos canteiros de vias ou debaixo de árvores em áreas a menos de 1 quilômetro do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional, em Brasília. São pessoas que vivem das sobras de comida para enganar a fome e ficam cara a cara com o risco de intoxicação alimentar.

A idosa Maria Amélia da Conceição de Fátima, de 72 anos, e a família dela vivem entre os catadores de lixo. “Aqui, a gente passa muito aperto e até fome”, disse ela, em entrevista à revista Política Democrática online. Do outro lado, no mesmo momento, uma criança comeu com café um pedaço de queijo, achado pela mãe no lixo.

A fome no Brasil e no mundo pode matar 11 pessoas a cada minuto até o final deste ano no planeta, caso nada seja feito, de acordo com relatório da organização internacional Oxfam, divulgado no dia 9 deste mês. O Brasil está entre os focos emergentes de fome, ao lado da Índia e da África do Sul.

Essa taxa de mortalidade é maior que a da covid-19, que é de sete pessoas por minuto. As principais causas do problema são os conflitos armados, os impactos da pandemia e a crise climática, segundo a organização internacional. Ela reúne mais de 3 mil parceiros, que atuam em mais de 90 países na busca de soluções para problemas da pobreza, desigualdade e injustiça.

“

A FOME NÃO AFETOU A TODOS DA MESMA FORMA. OS GRUPOS DESFAVORECIDOS, INCLUINDO NEGROS, MULHERES, PESSOAS QUE VIVEM EM ÁREAS RURAIS E INDÍGENAS, FORAM OS MAIS ATINGIDOS NO ANO PASSADO

”

As pessoas no Brasil não foram poupadas do aumento da fome que atinge o mundo. Desde o início da pandemia, as mortes por covid-19 no país ficaram em terceiro lugar no mundo, enquanto o percentual de brasileiros que vivem em extrema pobreza quase triplicou – de 4,5% para 12,8%, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O governo federal classifica essa situação no caso de a renda per capita ser de até R\$ 89 mensais.

Insegurança alimentar

No final de 2020, mais da metade da população – 116 milhões de pessoas – enfrentava algum nível de insegurança alimentar, das quais quase 20 milhões passavam fome, segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PenSSAN). Isso marca uma tendência ascendente em relação aos anos anteriores.

"Quem quer que tenha sido o pai de uma doença, a mãe foi uma dieta deficiente", disse à BBC o médico Ribas Filho, presidente da Associação Brasileira de Nutrologia (Abran).

A fome não afetou a todos da mesma forma. Os grupos desfavorecidos, incluindo negros, mulheres, pessoas que vivem em áreas rurais e indígenas, foram os mais atingidos no ano passado. No final de 2020, 11% das famílias chefiadas por mulheres conviviam com a fome, enquanto mais de 10% das famílias negras enfrentavam o problema, em comparação com mais de 7% das famílias brancas.

Além disso, 12% das famílias rurais passavam fome, em comparação com mais de 8% das famílias urbanas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A família de classe média brasileira também foi afetada, já que o percentual de pessoas que vivem em algum nível



Sem ter para onde ir ou o que comer, homens, mulheres, crianças, jovens e adultos se aglomeram em barracas nos canteiros das vias, a menos de 1 quilômetro do Palácio do Planalto

“

A FOME, NO BRASIL E NO MUNDO, PODE MATAR 11 PESSOAS A CADA MINUTO, ATÉ O FINAL DESTES ANOS, NO PLANETA, CASO NADA SEJA FEITO, DE ACORDO COM RELATÓRIO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL OXFAM

”



Catadores de papel, no Setor de Clubes Sul, em Brasília: desde o início da pandemia da Covid-19, o percentual de brasileiros que vivem em extrema pobreza quase triplicou – de 4,5% para 12,8%, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV)

de insegurança alimentar quase dobrou, passando de mais de 20% em 2018 para quase 35% no final de 2020.

Colapso

A pandemia resultou em colapso social e econômico, aprofundando a crise da fome. Medidas para conter a disseminação do vírus forçaram o fechamento de empresas, deixando desempregados mais da metade dos brasileiros em idade produtiva, além de quase 15 milhões de pessoas sem emprego até o final do primeiro trimestre de 2021. Pequenas e médias empresas quebraram, representando 40% de todas as que fecharam até julho de 2020.

“O Executivo e o Legislativo são os responsáveis por discutir o orçamento do Estado para que o Judiciário autorize. Portanto, a fome não está sendo vista como prioridade”. A afirmação é do doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e representante do Conselho Municipal de Segurança Alimentar (Comusan), José Raimundo Sousa Ribeiro Junior.

O especialista ressaltou ao Observatório do Terceiro Setor que o agravamento da fome no Brasil faz parte de um projeto político construído desde o início do mandato do atual presidente. Em fevereiro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) assinou o desmonte de uma das principais políticas de segurança alimentar, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional

(Consea).

“Com a pandemia, o governo federal deveria ter garantido que os alimentos não aumentassem, por meio de um estoque básico de alimentos, assim, a especulação dos preços de alimentos seria evitada”, disse o especialista.

É bem perto do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional que a idosa Maria Amélia, citada no início desta reportagem, segue na intensa guerra contra a fome, na esperança de que isso tudo vai passar. “A gente só precisa acreditar em Deus, meu filho. É a nossa única saída, porque a batalha é diária e ainda dou graças por estar viva porque tem um bocado de gente que morreu nesse Brasilzão”.



O país registrou cerca de 15 milhões de pessoas sem emprego, até o final do primeiro trimestre de 2021.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

CLEOMAR ALMEIDA



Compartilhe!



Infância perdida: mais da metade da população brasileira, em 2020 – 116 milhões de pessoas – enfrentava algum nível de insegurança alimentar, das quais quase 20 milhões passavam fome, de acordo com a Rede PENSSAN

Alimentação impacta na reação do corpo contra a Covid-19

Professor emérito da Universidade da Pensilvânia (EUA), o médico Arnold R. Eiser, diz que a alimentação adequada talvez seja o fator mais importante em situações de reação desmedida do sistema imunológico contra invasores como a Covid-19, que acaba prejudicando o próprio corpo e, em alguns casos, leva até a morte.

Em artigo publicado no *Journal of Alternative and Complementary Medicine*, Eiser aborda características anti-inflamatórias das dietas japonesa e mediterrânea – ricas em ômega 3, verduras, legumes e cereais integrais, por exemplo – em comparação ao perfil pró-inflamatório da dieta ocidental, que é rica em carne vermelha, laticínios e açúcar, entre outros.

Eles estão ligados a reações inflamatórias do corpo e também estão entre os fatores associados ao surgimento de doenças cardiovasculares e obesidade, por exemplo. O pesquisador sugere mais pesquisas sobre o papel anti-inflamatório e preventivo da alimentação na pandemia.

"A profilaxia da supressão de citocinas por meio de mudanças na dieta pode ser benéfica na redução da letalidade em uma pandemia como a da Covid-19", afirma ele. "Mudanças dietéticas em direção a uma dieta anti-inflamatória também têm benefícios adicionais à

saúde, incluindo redução da morbidade e mortalidade cardiovascular, redução da prevalência de demência e efeitos antidiabéticos, para que a saúde pública poderia se beneficiar mais amplamente do que apenas na pandemia de Covid-19."

Por outro lado, um grupo de dezenas de pesquisadores europeus sugere outras hipóteses, como a relação entre alimentação e os níveis de ACE2, enzima usada como porta de entrada pelo coronavírus para invadir as células humanas. Nesse caso, alimentos ricos em gordura saturada (como carne vermelha e laticínios) podem deixar algumas pessoas mais vulneráveis à doença. Na direção oposta, alimentos com potencial antioxidante podem ser benéficos.

Para a especialista em saúde pública nutricional Amanda Avery, professora da Universidade de Nottingham (Reino Unido), é preciso também considerar a relação entre alimentação e os conjuntos de micro-organismos (microbiota ou flora) presentes no intestino e nos pulmões.

Alimentos fermentados e probióticos, segundo ela, têm potencial para ajudar o organismo a prevenir infecções como a Covid-19. No intestino, por exemplo, vivem bactérias que se nutrem do que comemos e assim se proliferam e produzem mais nutrientes.

Os caminhos para a conquista de uma democracia plena

Avanços no processo democrático envolvem a disponibilidade de itens como educação pública de qualidade para todos e justiça social, bem como a luta contínua contra a corrupção



Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real

Amazônia depredada: Imagem mostra grande área de garimpo ilegal, com dezenas de barracões, na região do rio Uraricoera, na Terra Indígena Yanomami

Se analisarmos nossa história e o presente, vamos concluir que não alcançamos ainda uma democracia plena. The Economist publica, desde 2006, um ranking que classifica os sistemas políticos de 167 países no exercício da democracia. No último, o Brasil ocupa a 49ª posição e é considerado como um país com “uma democracia falha”. A avaliação compreende sessenta indicadores, reunidos em cinco categorias amplas: processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política democrática e liberdades civis. Em uma verdadeira democracia, as instituições públicas devem contribuir para o bem comum, para a coletividade. Quando as políticas e ações públicas

beneficiarem grupos ou pessoas, principalmente com desvios de recursos e outros desmandos, com uma política econômica que torna os ricos mais ricos e os pobres mais pobres, não teremos uma democracia plena.

A corrupção no Brasil é antiga e inimiga da democracia. Já no século 16, os funcionários coloniais exportavam por conta própria especiarias, tabaco, metais e peças preciosas. Seguiu-se a traficância dos escravos, a manipulação dos contratos para obras públicas, a corrupção eleitoral do Império, o voto de cabresto da República, o “rouba, mas faz”, escândalos financeiros e tantos outros. Que vergonha! Até no combate da pandemia da Covid-19 desviaram recursos públicos. Se não conseguimos superá-la no passado, te-

Foto: Eudes Regis/SEI



mos a oportunidade de superá-la no presente, para proteger nosso futuro.

A conquista de uma democracia plena é um processo construtivo longo e contínuo. Winston Churchill já dizia: “Ninguém pretende que a democracia seja perfeita ou sem defeito. Tem-se dito que a democracia é a pior forma de governo, salvo todas as demais formas que têm sido experimentadas de tempos em tempos”. No Brasil, a construção da democracia foi interrompida em vários momentos como no Estado Novo (1937-1945) e na Ditadura Militar (1964-1985).

Os avanços no processo democrático envolvem a disponibilidade de educação pública de qualidade para todos, incluindo crianças e jovens, independentemente da classe social, bem como uma formação profissional de bom nível, a aquisição e consolidação de valores e virtudes, tais como ética, solidariedade, compaixão, bondade, caridade, fraternidade, respeito à diversidade e à natureza. Ao mesmo tempo, devem contribuir para exterminar a vergonhosa injustiça social brasileira por meio de uma política econômica que assegure vida digna e bem-estar social. O fortalecimento do Sistema Único de Saúde é fundamental para que todos tenham à disposição a promoção da saúde e uma assistência de qualidade diante das diferentes patologias. O fortalecimento do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação, com investimentos contínuos em

Valorização da Ciência, Tecnologia e Inovação é fundamental para o país avançar em diversos indicadores, principalmente em crises como a atual, da pandemia da Covid-19

“

NÃO PODEMOS SER REDUCIONISTAS LIGANDO O CONCEITO DE DEMOCRACIA SIMPLEMENTE VINCULADO AO EXERCÍCIO DO SUFRÁGIO. A APATIA POLÍTICA É UMA DOENÇA E A VACINA PARA COMBATÊ-LA É A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

”



Fortalecimento do Sistema Único de Saúde é fundamental, avalia Isaac Roitman

nossas Universidades e Centros de Pesquisa é uma prioridade absoluta. Estamos hoje com a pandemia da Covid-19. Pagando pelos erros cometidos na interrupção de projetos de pesquisas em todas as áreas do conhecimento. Provavelmente, nossos pesquisadores já teriam produzido várias vacinas para combater essa catastrófica epidemia. Além disso, o desenvolvimento científico e tecnológico nos tiraria da posição de país periférico e permitiria que o Brasil tivesse destaque social e econômico na Era do Conhecimento.

Uma reversão da atual política ambiental é uma emergência. Nossos recursos naturais e nosso bioma estão correndo riscos devido a políticas predatórias, estimuladas por lucros imediatos. O estrangulamento de nossa rica cultura e o retrocesso na conquista de direitos humanos completam esse cenário desolador que ameaça o futuro de nosso país. Não podemos ser reducionistas ligando o conceito de democracia simplesmente vinculado ao

exercício do sufrágio. A apatia política é uma doença e a vacina para combatê-la é a educação para a cidadania.

No entanto, as democracias contemporâneas passam por crises por não terem alcançados os seus objetivos éticos de justiça social. Vamos todos juntos nos inspirar em Geraldo Vandré: "Caminhando e cantando / e seguindo a canção / Somos todos iguais/ braços dados ou não/ Nas escolas, nas ruas, campos, construções/ Caminhando e cantando e seguindo a canção/ Vem, vamos embora, que esperar não é saber/ Quem sabe faz a hora, não espera acontecer/ Vem, vamos embora, que esperar não é saber/ Quem sabe faz a hora, não espera acontecer".



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

ISAAC ROITMAN



Compartilhe!

Brasil, entre o marketing e a contenção de danos

Mudança na diplomacia brasileira, com a substituição de Ernesto Araújo por Carlos França, ainda é insuficiente para trazer ao país o protagonismo que teve no passado recente

Foto: Leonardo Sá/Agência Senado



Atuação do Itamaraty nas negociações das Nações Unidas sobre o aquecimento global, por exemplo, é contida pelo negacionismo climático de Jair Bolsonaro

A “Contenção de danos” é a expressão usada em conversas reservadas no Itamaraty sobre a política externa, após a substituição do polêmico Ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, notável por sua defesa pública da condição de “pária internacional” para o Brasil, com ataques às Nações Unidas e a aliados históricos do país no Mercosul e na Europa. À parte do discurso conciliatório do novo ministro, Carlos França, há sinais preocupantes sobre os principais desafios da diplomacia brasileira nos próximos meses.

França, diplomata de boa reputação profissional, mas de experiência limitada, assumiu, em abril, com uma defesa do “diálogo

multilateral” oposta à catilinária antiglobalista do antecessor. Diplomatas em missão no exterior se dizem mais à vontade para tomar decisões segundo a tradição da diplomacia, e, com a ajuda da derrota eleitoral do ex-aliado Donald Trump, acabou o alinhamento automático com os Estados Unidos nas instituições multilaterais. Em temas essenciais, porém, a mudança é insuficiente para trazer ao país o protagonismo que teve no passado recente.

A atuação do Itamaraty nas negociações das Nações Unidas sobre o aquecimento global, por exemplo, é contida pelo negacionismo climático de Jair Bolsonaro, pela suspeita simpatia da cúpula palaciana com desmata-

Foto: TAlan Santos/PR



Brasil feio na foto: Jair Bolsonaro é o principal responsável pelo país ter perdido o papel de protagonista na questão do clima

“

O QUE ERA PARA SER UMA VIAGEM DISCRETA, FOI ALARDEADA PELO PLANALTO, QUE, NUMA GAFE DIPLOMÁTICA, DIVULGOU ATÉ O ENDEREÇO DA RESIDÊNCIA PRIVADA DO EMBAIXADOR DOS EUA, TODD CHAPMAN, COMO LOCAL DO ENCONTRO COM DIRETOR DA CIA, WILLIAM BURNS

”

dores e garimpeiros e pela visão ultrapassada de soberania, de seus generais sobre a Amazônia. Pior: há sinais de que se limita a iniciativas de marketing a principal estratégia das autoridades em Brasília nesse campo.

Desde seu discurso de posse, em que repetiu o mantra tradicional sobre a matriz energética limpa do Brasil e a produtividade da agricultura brasileira, que permite maior produção com menos danos à cobertura vegetal nativa, o novo ministro foi incapaz de dar resposta para o que, de fato, tirou do país o papel de protagonista na questão do clima: o desmonte feito na fiscalização ambiental, com demissão de fiscais de carreira e mudanças nas regras, que facilitaram as queimadas e o desmatamento recorde na floresta.

O Itamaraty já garantiu o aluguel de um espaço expositivo em Glasgow, na Escócia, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o clima nessa cidade, no fim do ano. A ideia? Uma mostra de propaganda sobre o que o país tem feito em matéria de meio ambiente.

Neste ano, o Brasil assume a presidência temporária do Mercosul, outro desafio. Mas nas negociações com o segundo maior país do Mercosul, a Argentina, às voltas com uma crise inflacionária e fiscal e pressões políticas, a equipe do Ministro da Economia, Paulo Guedes, quer forçar o corte nas tarifas comuns de importação, sem nenhum gesto diplomático para lidar com pressões dos empresários e políticos na Argentina, um de nossos maiores mercados para bens industrializados.

A volta da esquerda ao poder, na Bolívia e no Peru, e o avanço de movimentos populares, na Colômbia e no Chile, reduzem também o estímulo a concessões por parte dos governantes argentinos, que comemoraram as pesquisas eleitorais no Brasil, animando expectativas de queda do governo Bolsonaro e, até quem sabe, a volta à Presidência de Luís Inácio Lula da Silva.

E há o desafio da cada vez mais agressiva competição por hegemonia entre Estados Unidos e China, uma das prioridades anunciadas no Senado americano pelo diretor da CIA, William Burns, que veio ao Brasil na semana passada. O que era para ser uma viagem discreta, foi alardeada pelo Planalto, que, numa gafe diplomática, divulgou até o endereço da residência privada do embaixador dos EUA, Todd Chapman, como local do encontro. O próprio Bolsonaro, em conversa gravada com apoiadores, vazou que o avanço da esquerda no continente foi um dos temas da conversa. Não chegou, porém, a contar que também foi discutida outra séria preocupação americana, a presença da China no fornecimento de tecnologia 5G para a Internet no Brasil.

A gafe de Bolsonaro é reveladora das prioridades de sua “diplomacia”: prover material para as teses conspiratórias e para os temas contra a esquerda que alimentam sua base política nas redes sociais. Despreocupado com as consequências, para a imagem e interesses do país, de seus atos e pronunciamentos sobre temas diplomáticos, Bolsonaro, com a demissão de Araújo, apenas descartou um auxiliar mais empolgado, que somava às impropriedades diplomáticas do chefe algumas de sua própria lavra. Ao substituto, Carlos França, restou operar nas brechas onde ainda se pode fazer diplomacia; e se preparar para o rescaldo do que sobra da política externa brasileira, após as violências cometidas pelo Presidente da República.



Carlos França: Com Bolsonaro, resta ao novo Ministro do Exterior operar nas brechas onde ainda se pode fazer diplomacia

“
ATUAÇÃO DO ITAMARATY NAS
NEGOCIAÇÕES DAS NAÇÕES
UNIDAS SOBRE O AQUECIMENTO
GLOBAL É CONTIDA PELO
NEGACIONISMO CLIMÁTICO DE
JAIR BOLSONARO, PELA SUSPEITA
SIMPATIA COM DESMATADORES
E GARIMPEIROS E PELA VISÃO
ULTRAPASSADA DE SOBERANIA,
DE SEUS GENERAIS SOBRE A
AMAZÔNIA

”



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

SERGIO LEO



Compartilhe!

O Brasil verdade de Capô

Com uma história tenaz de sobrevivência artística, o cineasta Maurice Capovilla deixa uma obra que ajudou a conferir personalidade e modernidade à cinematografia brasileira

No último dia 29 de maio, Maurice Capovilla, grande nome da cinematografia brasileira, nos deixou e foi bailar em outros palcos... O cinema brasileiro ficou menos doce e menos alegre.

Capovilla, ou simplesmente Capô, como gostava de ser chamado, foi um cineasta e roteirista de mão cheia, responsável por alguns marcos de nossa cinematografia. Em 2017, tive a oportunidade de trocar alguns e-mails com ele, quando fiz a curadoria de um evento para a Embaixada do Brasil na Argentina. A ideia era promover o reencontro das figuras que compuseram um projeto que reunia cineastas brasileiros e argentinos, entre 1964 e 1965, e que entrou para a história como Brasil Verdade. Dessa união, nasceram quatro documentários de média metragem, produzidos pelo fotógrafo e empresário Thomaz Farkas: *Subterrâneos do Futebol*, dirigido por Capô; *Viramundo*, de Geraldo Sarno; *Memória do Cangaço*, de Paulo Gil Soares; e *Nossa Escola de Samba*, do argentino Manuel Horácio Gimenez. Filmes considerados hoje como as primeiras amostras de cinema-direto em nosso país.

Mas a história do Brasil Verdade começa um pouquinho antes, quando dois jovens cineastas brasileiros conhecem um tal argentino Fernando Birri que havia montado uma escola de cinema em sua Santa Fé natal, depois de ter chegado de uma temporada de estudos no Centro Sperimentale de Cinematografia em Roma. Mesmo com poucos recursos, os dois partem numa odisséia e, entre ônibus e barcos, chegam até a cidade argentina. Com a cara e a coragem, batem à porta do tal Birri para pedir-lhe um estágio. Só queriam aprender a fazer filmes! O que ignoravam é que aquele mestre barbudo viria a se tornar a figura mais importante do Nuevo Cine Latinoamericano. Os dois jovens eram Maurice Capovilla e Vladimir Herzog, jornalista e cineasta morto em 1975 na prisão do DOI-CODI, assassinado pelo regime militar que reinava soberano em nosso país. Quando Birri foi expulso da Universidad del Litoral por causa de seus pensamentos de esquerda, foi em São

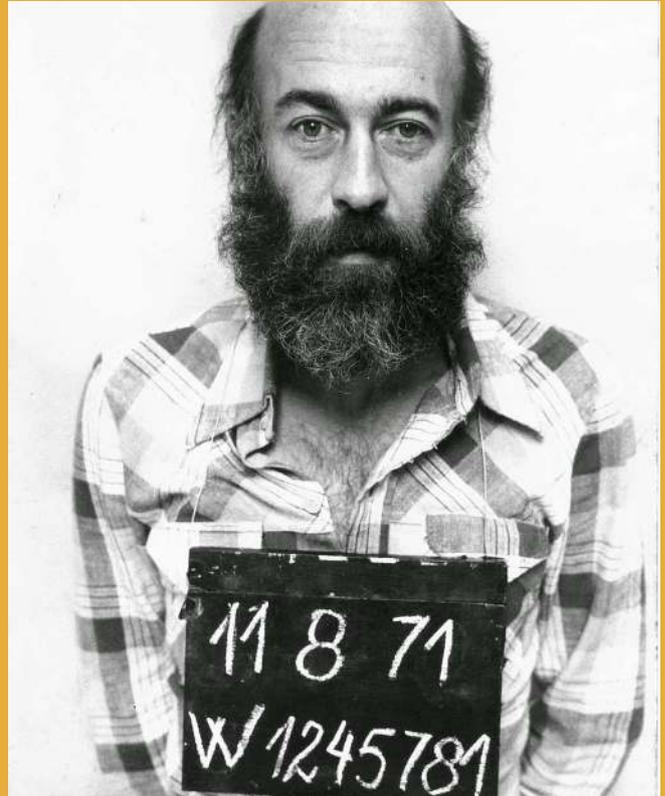


Foto: Leo Lara/Universo Produção/8ª CINEOP

Maurice Capovilla: sua obra se reveza entre o documentário e a ficção, nunca perdendo de vista o povo brasileiro, sua cultura e suas mazelas

Paulo que ele encontrou abrigo, junto aos seus amigos brasileiros.

Capô foi também testemunha ocular do nascimento do Cinema Novo, movimento cinematográfico brasileiro de maior expressão dentro e fora de nosso país. Ele estava lá naquela famosa sessão do Cine Coral, em que o documentário paraibano *Aruanda* (1960), de Linduarte Noronha, foi projetado antes de *La Dolce Vita* (1960), de Fellini, na ocasião do encerramento do Festival do Cinema Italiano e da simultânea abertura da Primeira Convenção Nacional da Crítica Cinematográfica. À época, o jovem Capô trabalhava na Cinemateca Brasileira, uma das organizadoras do evento, ao lado do grande Paulo Emilio Sales Gomes.

Os anos se passaram e Capô continuou sua jornada, revezando-se entre o documentário



Com a morte de Capovilla, aos 85 anos, em decorrência de uma doença pulmonar, o cinema brasileiro perdeu um de seus mais entusiastas defensores

e a ficção, nunca perdendo de vista o povo brasileiro, sua cultura e suas mazelas. Em 1967, realizou seu primeiro longa-metragem de ficção: *Bebel, Garota-Propaganda*, com roteiro dele mesmo, baseado no conto "Bebel que a Cidade Comeu", de Ignácio de Loyola Brandão. Seu segundo longa, *O Profeta da Fome* (1970), inspirou-se no texto-manifesto de Glauber Rocha, "Estética da Fome". Nele, Glauber sugere que nossa miséria seja transformada em nossa própria estética, em uma arma capaz de apontar ao colonizador o estado real do colonizado. O filme de Capô, que trazia um faquir como protagonista, interpretado por José Mojica Marins (o Zé do Caixão), usa justamente essa fome como espetáculo. Uma representação dolorosamente revolucionária do brasileiro.

Além de cineasta, Capô foi também um militante engajado, integrou o CPC - Centro Popular de Cultura e o Comitê Internacional do Cinema Novo contra a censura nos anos 1960, além de um entusiasta defensor da educação como veículo de transformação da nossa gente. Exerceu o magistério na UnB, na ECA-USP e na Escola Internacional de Cinema e TV em Santo Antonio de los Baños, em Cuba, também participou diretamente da criação do Instituto Dragão do Mar, em Fortaleza, o mais importante centro de ensino de dramaturgia e cinema do Nordeste.

Mas seu coração era grande e nele havia espaço também para a TV, meio que não dis-

criminava e do qual sabia extrair o melhor. Trabalhou no Globo Shell e no Globo Repórter, foi ainda responsável pela exibição dos primeiros telefilmes brasileiros na Rede Record, no início dos anos 1980.

O Brasil perde um grande homem, e o cinema brasileiro, um de seus mais entusiastas defensores. Obrigada, Capô! Viva Capô! Voe alto e leve sua alegria para outras dimensões desse imenso universo.

“

CAPÔ FOI TESTEMUNHA OCULAR DO NASCIMENTO DO CINEMA NOVO, MOVIMENTO CINEMATOGRAFICO BRASILEIRO DE MAIOR EXPRESSÃO DENTRO E FORA DE NOSSO PAÍS

”



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

LILIA LUSTOSA



Compartilhe!



Multitalentoso, o sambista Nelson Sargento uniu movimentos artísticos e deixou legado de resistência e representatividade

Nelson Sargento, a mais alta patente do samba

Autor de sucessos como “Agoniza, mas não morre” e patrimônio inquestionável do samba, Nelson Sargento já estava internado no Instituto Nacional do Câncer quando foi diagnosticado com Covid-19

O grande Nelson Sargento, patrimônio inquestionável do samba e figura emblemática de um modo de ser carioca. Admirado, tanto por moradores dos morros quanto do asfalto, faleceu aos 96 anos, no dia 27 de maio.

Sua partida deixou órfãos aqueles que admiravam seu samba e se divertiam com as inúmeras histórias que contava, sempre carregadas de frases originais e imagens que ele mesmo criava. “Ainda não estou dando comida para bicicleta”, costumava dizer para afirmar que estava lúcido, com a cabeça boa, apesar da idade avançada.

Embora associado à Estação Primeira de Mangueira, Escola de Samba da qual foi ba-

luarte e presidente de honra, Nelson, com seu carisma, extrapolava o universo da Verde e Rosa: era reverenciado em qualquer agremiação, seja qual fosse a cor do estandarte. Sempre elegante, ele circulava com desenvoltura em qualquer ambiente que gravitasse em torno do samba: das quadras das escolas às rodas espalhadas pelos diversos bairros do Rio de Janeiro. A geração formada no movimento de renascimento da Lapa, que teve o samba como força motriz, o tinha em alta conta. Reconhecia nele uma figura importante, como não só um dos últimos representantes de uma época heroica, mas também uma pessoa que dialogava e convivia de igual para igual com as novas gerações de sambistas, sem qualquer traço de empáfia.



Foto: Aryel Sacramento, Branca Mattos e Lyza Oliveira / Spectaculo

Nelson Sargento durante o show em que comemorou seus 95 anos, no Teatro Rival, no Rio de Janeiro

“

A CONVIVÊNCIA COM A VELHA
GUARDA DA MANGUEIRA FOI
FUNDAMENTAL PARA NELSON
SARGENTO, UM COMPOSITOR
RESPEITADO. DE TODOS,
CARTOLA DESEMPENHOU
PAPEL DECISIVO

”

Nascido Nelson Matos – o apelido Sargento vem da década de 1940, quando serviu no Exército –, passou a infância no Morro do Salgueiro, na Tijuca. Mudou-se para a Mangueira aos 12 anos, quando sua mãe foi viver com o pintor de paredes, Alfredo Lourenço, conhecido como “Português”. Foi morar no Chalé, uma localidade que ficava bem no alto do Morro da Mangueira. Com seu peculiar humor, dizia para quem o queria visitar: “se virar o morro de cabeça para baixo, minha casa é a segunda, à esquerda de quem sobe.”

Já com o apelido incorporado ao nome artístico, Nelson Sargento iniciou a carreira de compositor na Estação Primeira. Tinha como parceiro o padrao, que também o introduziu no ofício de pintor. Juntos, fizeram os sambas-enredo com os quais a escola conquistou o bicampeonato de 1949/50. Em 1955, compuseram Cântico à natureza, considerado um dos mais bonitos sambas-enredo de todos os tempos (“Oh, primavera adorada! / Inspiração de amores/Oh, primavera idolatrada! / Sublime estação das flores”).

O início da carreira de sambista, para além da quadra mangueirense, começou nos anos

de 1963/65, no Zicartola (acrônimo de Zica e Cartola), restaurante na Rua da Carioca que foi ponto de encontro de bambas, jovens universitários e intelectuais.

Por conta dessa experiência, em 1965, foi convidado por Hermínio Bello de Carvalho e Elton Medeiros para participar do show Rosa de Ouro, ao lado de Paulinho da Viola, do próprio Elton Medeiros, de Anescarzinho e de Jair do Cavaquinho. Em entrevista ao O Globo em 2019, Nelson lembra daquele momento: “O Elton foi em Mangueira e deixou um recado para eu ir ao Teatro Jovem (local do show), para um trabalho. Como eu era pintor de paredes, na época, achei que seria para pintar o teatro. Só quando cheguei lá soube que precisavam de mais um compositor de samba para o grupo do espetáculo (...). Continuei pintando minhas paredes, mas dali em diante fui conhecendo mais gente e comecei a me profissionalizar”.

A convivência com a Velha Guarda da Mangueira foi fundamental para torná-lo um compositor respeitado. De todos, Cartola desempenhou papel decisivo. “Cartola não existiu, foi um sonho que a gente teve”, costumava repetir em seus shows.

Assim como seus pares de geração, Nelson Sargento demorou para construir uma discografia própria. Seu primeiro álbum solo, *Sonho de um Sambista*, é de 1979, gravado no embalo do sucesso que fez no ano anterior: *Agoniza mais não morre*, na voz de Beth Carvalho (1946-2019). Virou seu samba mais famoso, hoje um clássico (“Samba, agoniza, mas não morre/algum sempre te socorre/ Antes do suspiro derradeiro”). Nesse mesmo disco lançou *Falso Amor Sincero*, uma música com o bom humor característico do sambista (“O nosso amor é tão bonito / Ela finge que me ama / E eu finjo que acredito”).

Pelo que simboliza na tradição mangueirense, por sua trajetória e liderança entre os sambistas, Nelson Sargento, não à toa, representou o Zumbi dos Palmares no enredo História para ninar gente grande, que deu o último título do carnaval à Verde e Rosa, em 2019. E tornou-se unanimidade no mundo do samba, como bem traduziram Aldir Blanc e Moacyr Luz no samba *Flores em Vida* (Pra Nelson Sargento), feito em sua homenagem: “Sargento apenas no apelido/ Guerreiro negro dos Palmares/ Nelson é o Mestre Sala dos Mares/Singrando as águas da Baía”.

“

SUA PARTIDA DEIXOU ÓRFÃOS AQUELES QUE ADMIRAVAM SEU SAMBA E SE DIVERTIAM COM AS INÚMERAS HISTÓRIAS QUE CONTAVA, SEMPRE CARREGADAS DE FRASES ORIGINAIS E IMAGENS QUE ELE MESMO CRIAVA

”



Nelson Sargento durante o show em que comemorou seus 95 anos, no Teatro Rival, no Rio de Janeiro

Foto: Arjyl Sacramento, Branca Mattos e Lyza Oliveira / Spectaculo



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

HENRIQUE BRANDÃO



Compartilhe!



ENDEREÇO:

Fundação Astrojildo Pereira - SEPN
509, bloco D, Lojas 27/28, Edifício Isis
CEP: 70750-504 - Brasília-DF

CLEOMAR ALMEIDA

Secretário de redação
Tel.: (61) 3011-9260 / 3011-9300
E-mail: fundacaoastrojildo@gmail.com



Facefap



fundacaoastrojildo



fapastrojildo

www.fundacaoastrojildo.com.br